

Discriminação e resistência: um estudo de *Cartas a uma negra* na perspectiva da trajetória ocupacional e da metanegritude

Discrimination and resistance: a study of *Cartas a uma negra* in the perspective of occupational trajectory and metanegritude

Christopher Rive St Vil¹
Vitória Silva de Souza²

Resumo: Este artigo pretende investigar no romance epistolar *Cartas a uma negra* ([1978] 2021), de Françoise Ega, os problemas sociais vivenciados pelas mulheres migrantes, negras e antilhanas que eram marginalizadas e impelidas a progredirem nas suas trajetórias ocupacionais. A obra evidencia as diversas formas de discriminação racial sofridas no cotidiano dessas mulheres formadas ou em busca de qualificação. Ao chegarem à França metropolitana, elas eram contratadas apenas para serviços mal remunerados, como faxineiras em condição de “escravizadas”. Para tanto, analisa-se a desconstrução dos rótulos que eram impostos às mulheres negras do ponto de vista da metanegritude, demonstrando que a narradora-personagem procura ir além das etiquetas impostas, resgatando a memória e compartilhando as experiências, entre elas, de serem mulheres negras em busca de autonomia em uma sociedade que as classificava constantemente como insignificantes. Dessa forma, o estudo tem como principal arcabouço teórico autores(as) como Lilian Silva do Amaral Suzuki (2019), Lélia Gonzalez (2020), Juliana Cristina Teixeira (2021) e Christopher Rive St Vil (2024), que abordam temas como: a trajetória ocupacional, a discriminação ocupacional de migrantes e o desejo de romper com os estereótipos de acordo com a metanegritude. Conclui-se que a possibilidade de as mulheres negras e migrantes antilhanas de se transformar tanto no espaço geográfico quanto nos âmbitos de profissão e de cultura, mostra a liberdade de se reinventar, de possuir múltiplas identidades, de exercer diversas profissões, rejeitando qualquer tipo de classificação que as aprisione a um molde limitado de que mulheres negras devem ser sempre faxineiras.

Palavras-chave: *Cartas a uma negra*; faxineiras; trajetória ocupacional; metanegritude.

Abstract: This article aims to investigate in the epistolary novel *Cartas a uma negra* ([1978] 2021), by Françoise Ega, the social problems experienced by migrants, black and antilleans who were marginalized and pushed to progress in their occupational trajectories. The work highlights the various forms of racial discrimination suffered in the daily life of these women trained or seeking qualification. When they arrived in metropolitan France, they were hired only

¹ Prof. de Letras Francês (UEAP/GPLIC/NARRAFRO). Doutorando em Estudos de Literatura — Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Estudos de Literatura — Literaturas Estrangeiras Modernas (UFF). Especialista em Ensino de Francês pelo Colégio Pedro II (CPII). Licenciado em Letras - Português e Francês pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Email: christopherrivestvil@gmail.com.

² Graduada em Letras - Francês pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Email: yvszgmlsz@gmail.com.
Revista A Palavrada (ISSN 2358-0526), 29, jan-jun, p. 183-204, 2026 - 1ª edição

for low-paid services, such as cleaning women in the condition of “enslaved”. To this end, the deconstruction of the labels that were imposed on black women is analyzed from the point of view of *metanegritude*, demonstrating that the narrator-character seeks to go beyond the labels imposed, rescuing memory and sharing experiences, among them, of being black women seeking autonomy in a society that constantly classified them as insignificant. In this way, the study has as its main theoretical framework the authors such as Lilian Silva do Amaral Suzuki (2019), Lélia Gonzalez (2020), Juliana Cristina Teixeira (2021) and Christopher Rive St Vil (2024), who address topics such as: occupational trajectory, occupational discrimination of migrants and the desire to break with stereotypes according to *metanegritude*. It is concluded that the possibility of black women and antillean migrants to transform themselves both in geographical space, as a profession and culture, shows the freedom to reinvent themselves, to possess multiple identities, to exercise various professions, rejecting any kind of classification that imprisons them into a limited mold that black women should always be cleaners.

Keywords: *Cartas a uma negra*; cleaners; occupational trajectory; metanegritude.

1 Introdução

Vivemos em um mundo em transição, um mundo incompleto e indefinido, onde se estabelecem limites ao deslocamento, onde a livre circulação passa a não existir. As perguntas que nos soam são: quem tem direito de se deslocar? Quem é esse sujeito que se desloca? Como? Por quê? Uma reflexão sobre o direito de migrar, de se deslocar, é uma reflexão sobre poder. Antigamente, as fronteiras eram vistas como um lugar de passagem, mas agora se tornam espaços permanentes, nos quais os Estados-nação pressionam quem passa. Ao migrarem, os migrantes têm que atravessar fronteiras e romper com os limites estabelecidos pelos Estados-nação. Atravessar é buscar uma ação, é uma condição existencial. Não se deve esquecer que fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios, demarcar territórios e impedir a livre circulação (Hissa, 2006). Quem tem o poder decide quem entra ou sai de um território. Isso é visível quando se fala de passaportes: há “passaportes fortes” e “passaportes fracos”. Um passaporte forte permite a entrada sem visto, facilitando viagens e negócios. Um passaporte fraco restringe a mobilidade de quem busca uma vida melhor, ou seja, o direito à hospitalidade.

Pode-se constatar que as pessoas não circulam, mas as mercadorias circulam. As pessoas que migram são vistas pelos Estados-nação como um fardo, enquanto as mercadorias são lucros. Quem realiza o trabalho mais desvalorizado nos territórios de países ocidentais são os migrantes. Esses migrantes, muitas vezes vistos como fora da lei, intrusos, ilegais, são barrados nas fronteiras devido à intenção dos Estados-nação de reafirmar seu poder soberano. Migrantes e refugiados frequentemente ocupam a base da pirâmide social nos países receptores, enfrentando vulnerabilidade socioeconômica, xenofobia e barreiras linguísticas. Isso nos leva a pensar, na perspectiva dos Estados-nação, que o corpo migrante é uma mercadoria barata, um

corpo explorado, ou melhor, nas fronteiras ou nos campos de refúgio, esse corpo é um corpo de espera constante. Migrar é uma fratura incurável, uma dor, mas todos aqueles que se deslocam têm uma visão plural, uma potência, uma subjetividade escrupulosa e uma visão em contraponto.

Como salienta Donatella Di Cesare, em *Estrangeiros residentes: uma filosofia da migração* (2020), migrar não se refere somente ao ato de mudar de lugar, nem ao direito de escapar; trata-se, entretanto, de um direito à hospitalidade, um ato político e existencial que implica encontrar-se com o outro. Mas afinal, o que fazer dos migrantes? Acolhê-los? Não os acolher? Oferecer-lhes trabalhos? Que trabalho eles devem exercer? Quem não cresceu na miséria ou não viveu a fome tem dificuldade de imaginá-las e oferecer ao migrante um trabalho adequado para acorrer às necessidades da sua família. Por isso, migração e trabalho andam juntos porque a busca por melhores condições de vida, emprego e renda é o principal motor dos deslocamentos populacionais, tanto internos quanto internacionais. Migrantes movimentam a força de trabalho para áreas com alta demanda laboral, enquanto tentam escapar de crises econômicas ou desemprego no local de origem.

Muitos migrantes (em sua maioria negros), antes de se deslocarem, tinham experiências profissionais, habilidades adquiridas e cargos relevantes no país de origem, porém, ao chegar ao país receptor, essas experiências foram moldadas, é o que Lilian Silva do Amaral Suzuki (2019) nomeia de migração ocupacional ou trajetória ocupacional. A migração ocupacional ou trajetória ocupacional frequentemente envolve superação de barreiras como reconhecimento de diplomas, idiomas e, muitas vezes, resulta em rebaixamento ocupacional (aceitar cargos inferiores aos da origem no Sul Global) ou precarização. A migração ocupacional se trata de uma reconstrução das mudanças de posição ao longo da vida profissional de um indivíduo, porém, obviamente, essas trajetórias são também sociais, por ocorrerem em um contexto institucional, com normas e estruturas que condicionam as oportunidades de trabalho (Suzuki, 2019).

Na trajetória ocupacional, deve-se observar a história profissional, o que pode incluir uma análise, ao longo do tempo, do migrante (nesse estudo, são mulheres negras migrantes) numa mesma profissão ou em períodos de mobilidade profissional. Assim, a trajetória ocupacional de um indivíduo é definida socialmente na medida em que suas escolhas são limitadas pela existência de uma estrutura social, que se apresenta de forma desigual para os diferentes indivíduos. Ao considerar suas experiências laborais do passado, para essas mulheres negras e migrantes, o mercado de trabalho se apresentava de forma desigual, na medida em que

suas escolhas eram limitadas pela existência de uma estrutura social. Elas tinham dificuldade em exercer a profissão desejada e receber um salário adequado que pudesse pagar as despesas. Por serem migrantes, eram tratadas sem nenhuma dignidade e respeito. Não podiam nem sonhar e ter projetos futuros, como no caso de Maméga — protagonista do romance epistolar³ *Cartas a uma negra* (2021) — que sonhava em ser uma escritora, posto que, para a sociedade francesa na qual se passa o enredo, “o sujeito negro está em posição de subalternidade, desempenhando na maioria das vezes, papéis sociais animalizados ou de crianças mal adaptadas à vida em sociedade” (Luz, 2023, p. 27).

No romance, pode-se dizer que, ainda que Maméga e outras antilhanas tivessem formação em outras profissões ou almejassem um trabalho diferente dos que lhes eram impostos, elas não tinham voz na sociedade, não eram valorizadas por suas capacitações e inteligência, suas virtudes intelectuais eram ignoradas e elas só eram “admiradas” e contratadas pela cor e “força” braçal. Isso pois os brancos acreditavam que somente as mulheres negras poderiam exercer a função de faxineira ou babá, nada mais que fosse superior a isso. Isto é, apesar de sua formação, Maméga “ressalta como o diploma de ensino técnico não a favoreceu no mercado de trabalho de Marselha, nos anos 1960, por ser mulher negra” (Campello, 2022, p. 193).

Nesse sentido, mesmo que essas mulheres possuíssem um diploma profissional e quisessem atuar na profissão que estudaram, ao migrar, a cor da pele as destinava apenas à condição de faxineiras, cabeleireiras, babás, lavadeiras, jardineiras, cozinheiras, e se prostituírem, além de outras tarefas que lhes eram impostas, menosprezando o fato de elas serem totalmente capazes de assumir outras funções. As mulheres negras enfrentavam muito mais barreiras que os homens negros ao migrar. Além de serem sexualizadas, suas opiniões eram constantemente invalidadas, elas eram silenciadas, ignoradas, e viviam a opressão na pele, pelos maus-tratos e abusos cometidos por suas patroas e famílias.

Sendo assim, tais reflexões impulsionam as investigações sobre como a sociedade não acolhe os(as) migrantes e os(as) põe à margem, impondo-lhes serviços precarizados e mal remuneração, impedindo-os(as) da mobilidade e de se destacarem profissionalmente. Também mostramos as barreiras sociais excludentes que os migrantes vivenciam, sobretudo sendo

³ Segundo Vanessa Massoni da Rocha (2012, p. 23-24), o romance epistolar é o gênero que envolve a escrita em primeira pessoa centrada no desvendamento pessoal e na escrita memorialística. Como no romance em que Ega escreve para a autora Carolina Maria de Jesus através de cartas, suas vivências em relação ao trabalho doméstico e o racismo.

mulher, negra e antilhana, como veremos a seguir, na trajetória das personagens Cécile e Solange⁴.

2 Trajetória ocupacional de Cécile e Solange em Marselha: o trabalho doméstico sob um viés racializado

Cartas a uma negra ([1978]2021), de Françoise Ega apresenta vários relatos de mulheres negras antilhanas que saíram de suas terras à procura de melhores condições de vida por meio de empregos na França metropolitana, os quais eram socialmente desvalorizados e ocupados em sua maior parte pela comunidade negra, não por escolha, mas por imposição dos brancos que limitavam o progresso profissional das mulheres, sobretudo das mulheres negras. É o que podemos constatar no que Lélia Gonzalez (2020) nomeia de discriminação ocupacional, definida como a não aceitação de pessoas de cor em espaços profissionais ocupados normalmente pelos brancos. Esse grupo social dominante classifica os negros como “infantis” e “preguiçosos”. Por terem essa visão deturpada, os empregos que sobram são os considerados “inferiores”, sem prestígio e que exigem muita força braçal.

As mulheres negras eram destinadas a serviços domésticos em consequências do passado colonial, visto que durante a escravização, eram elas que amamentavam os filhos das mulheres brancas, cuidavam da casa, da comida e trabalhavam em lavouras. Como aponta Juliana Cristina Teixeira (2021), após a abolição da escravidão, muitas mulheres negras ex-escravizadas continuavam na casa dos seus patrões, submetendo-se aos mesmos serviços em troca de moradia e comida, pois não tinham possibilidade de exercer outras profissões mais bem remuneradas por conta da cor da pele, que as associava a profissões consideradas inferiores. Essas profissões tidas como inferiores são essenciais para o bom funcionamento social na vida dos antigos colonizadores, porque sem elas a classe alta não poderia usufruir do bem-estar de um ambiente limpo, de comida, de roupa limpa, e de outros serviços de extrema importância, mas que são desvalorizadas e, por isso, essas profissões são socialmente desvalorizadas.

Ao problematizar a figura das mulheres negras, numa sociedade estruturada racialmente e marcada pela questão de gênero, Françoise Vergès (2020) cita dois grupos de mulheres negras

⁴Recorte de estudo apresentado no segundo capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). SOUZA, Vitória Silva de. *Para além da discriminação racial e da exploração de trabalho: o reconhecimento das vozes das faxineiras em Cartas a uma negra de Françoise Ega*. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Universidade do Estado do Amapá, Curso de Licenciatura em Letras-Francês, Macapá, 2025.

que se fazem presentes na narrativa egaiana. O primeiro grupo é composto de mulheres que executam serviços perigosos e prejudiciais à saúde e mal remunerados, que são obrigadas a inalar produtos químicos, carregar peso, lidar com o cansaço das longas viagens para ir ao trabalho e voltar para casa. Isto é, aquelas mulheres negras que “abrem” a cidade, sem as quais a sociedade burguesa na qual estamos vivendo não funcionaria (Vèrges, 2020).

Já o segundo grupo de mulheres negras racializadas é composto que vão trabalhar como faxineiras, cozinheiras e babás nas casas de classe média dos brancos, para que os patrões possam desfrutar dos ambientes e serviços prestados por elas. Isso nos mostra como os corpos exaustos dessas mulheres negras ilustram os vínculos entre práticas de exploração do sistema da branquitude, do neoliberalismo, e de raça e gênero. Diante desse corpo invisível, cujo esgotamento retoma o período de escravidão, Vèrges vai nos dizer que:

A vida confortável das mulheres da burguesia só é possível em um mundo onde milhões de mulheres racializadas e exploradas proporcionam esse conforto, fabricando suas roupas, limpando suas casas e os escritórios onde trabalham, tomando conta de seus filhos, cuidando das necessidades sexuais de seus maridos, irmãos e companheiros (Vèrges, 2020, p. 26).

A partir dessas identidades transferidas para as mulheres negras como imorais, ignorantes, ladras, objetos de prazer e destinadas a serviços inferiorizados, vamos apresentar nesta seção duas personagens significativas na narrativa egaiana, Cécile e Solange, que sofreram discriminações raciais e de gênero, além de preconceito no trabalho. No país natal, ambas tinham mais privilégios em relação às demais mulheres negras antilhanas, tais como carros, casas e viagens a Paris. Elas eram casadas e isso não as impedia de serem estigmatizadas. Sendo migrantes, ambas compartilham experiências adquiridas através do trabalho e essas experiências são fundamentais para a construção de identidades, comunidades, famílias e oportunidades. Nessas experiências, o trabalho é, para elas, um aspecto crucial de coesão social e “um pilar para a existência de uma cidadania ativa e um passo fundamental na autoconstrução individual e no desenvolvimento de habilidades sociais” (Suzuki, 2019, p. 67).

Cécile, que morava na Martinica com os seus pais, já era noiva antes de decidir viajar para Marselha em busca de melhores condições de trabalho. Ela era formada em contabilidade em *Fort-de-France* e tinha uma empregada. Ao chegar a Marselha, deparou-se com uma outra realidade, na qual não podia atuar em sua área de formação. Essa limitação ilustra a ideia de trajetória ocupacional, na medida em que as escolhas de Cécile eram limitadas pela existência de uma estrutura social que lhe era apresentada de forma desigual (Suzuki, 2019). Sem custos para financiar uma vida melhor em Marselha, sem emprego, e em um país onde Cécile não tinha

amigos ou familiares, alguém que provavelmente conhecia Maméga, e da sua luta pelos direitos dos imigrantes e antilhanos, havia lhe dado o endereço dela, acreditando que Maméga conseguiria algo melhor para ela, isso porque, ao se candidatar a vagas em diversas agências de trabalho da cidade, a sua cor a impedia de ser contratada. As pessoas olhavam sua pele preta e, educadamente respondiam: “entraremos em contato” (Ega, 2021, p. 60) e ela realmente tinha esperanças, pois o trabalho era necessário para pagar o pequeno quarto no *Panier*, bairro onde ela morava.

Semana após semana, tendo em vista a dificuldade em trabalhar como contadora, ela aceitou passar roupa na sórdida lavanderia perto de sua casa. Fato que nos evidencia a inserção, a mobilidade, a transição e o caminho profissional no mercado de trabalho. Segundo a narradora onisciente, Cécile “viveu no meio do vapor exalado pelo ferro, que molhava tudo em volta. Para completar a renda, concordou em lavar o enxoval de um bebê, à noite, ao voltar para o seu quarto sem aquecimento” (Ega, 2021, p. 60). Aqui há certa questão de resiliência, apesar de ser um serviço pago. Ela nos mostra que estava pronta para fazer qualquer coisa para se sustentar, sendo aquela contadora de histórias ancestrais, a que ensina os primeiros passos e que cozinha e passa. Nas palavras de Vèrges (2020), isso contribuiu para as diferenças de classe, gênero e racialização, sendo desprezadas e tendo trabalho mal pago, explorado e invisível.

Nessa situação, pode-se perceber o que já mencionamos de discriminação ocupacional, uma vez que se faz presente a não aceitação de Cécile no emprego da sua formação (Gonzalez, 2020). O que se observa na trajetória ocupacional dela se assemelha à falta de perspectiva profissional abordada por Gonzalez, que expõe que essa discriminação racial faz com que as mulheres negras não tenham espaços superestimados na sociedade e que acabam prestando serviços domésticos, colocando-as em uma situação de sujeição e dependência das famílias de classe média branca. Tal condição nos faz refletir sobre o mito da “democracia racial” enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida por Cécile por ser mulher negra e migrante.

Constata-se que essa não aceitação pela cor da pele contribui para a imobilidade sócio-ocupacional de Cécile, isto é, em vez de progredir na sua carreira, ocupa um novo espaço no qual é marginalizada, só pode desempenhar os papéis sociais inferiores, perpetuando-se nas atividades precárias e impedindo-lhe uma ascensão social. Compreende-se, assim, que essas desvalorizações do trabalho exercido pelas mulheres negras — no caso de Cécile — são definições advindas de uma racialização, o qual é um conceito social e cultural utilizado como

justificativa para pessoas que querem se sobrepor às outras, utilizando poder para subestimá-las com base em características físicas e culturais (Vèrges, 2020).

Com essa falta de perspectiva de Cécile de exercer a profissão em que era formada ou de crescer em outros cargos considerados elevados, constata-se que ela, então, se sujeitava a passar roupas. Como ela passava e lavava roupas, estava em contato direto com a água gelada e sem aquecimento nos ambientes, o que a deixou com frieiras em seus dedos dos pés e das mãos, resultado de uma rotina totalmente cansativa e cruel para o seu corpo, ao ponto de ela não se aguentar e chorar. Maméga, totalmente comovida com o depoimento de Cécile, a deixa ficar no quarto da sua filha, a aconselha a sair de *Panier*, e diz que vai ajudá-la buscando um emprego na fábrica de biscoitos. Assevera Maméga:

[...] Se aqueça, irei à fábrica de biscoitos do bairro conseguir emprego para a senhora, assim, vai poder esperar mais tranquila o seu noivo retornar de Laos. A propósito, por que ele a fez vir tão cedo, já que vai ficar ainda mais seis meses por lá? [...] Cécile distinguiu na hora que meu tom áspero se tratava de fingimento, era absolutamente necessário recuperar o seu pobre maquinário, enguiçado pelo inverno (Ega, 2021, p. 61).

Depois de alguns dias na sombra, Cécile começou a trabalhar na fábrica de biscoitos e parecia que ela se contentava com aquela situação até que pudesse retornar para a sua casa e poder trabalhar como contadora. Mas enquanto esse dia não chegava, uma amiga de Cécile planejava como seria sua vida enquanto seu noivo ainda não havia chegado. Ambas trabalhavam na fábrica de biscoitos, depois na fábrica de conservas para enlatar anchovas, fábrica de limonadas e tâmaras. Compreende-se que os pensamentos da amiga de Cécile, assim como o de Cécile, são restritos a uma única função, elas aceitavam o que o sistema social da época destinava a elas, não davam voz aos seus próprios sonhos, talvez já estivessem desacreditadas de um futuro melhor e diferente do que estavam habituadas.

Conforme explica Suzuki (2019), observa-se que há um conjunto de condições que influenciam na formação de trabalhos “precarizados” na contemporaneidade, como, por exemplo, o crescimento do setor de serviços; a disseminação de mão de obra temporária, parcial e outras formas de trabalhos atípicos; os processos de produção não convencionais em fábricas e em trabalhos industriais, etc. Todos esses aspectos induzem ao aumento de empregos de baixa renda sendo ocupados pelas mulheres negras. Nota-se que o contexto racial e migratório presente na narrativa egaiana mostra os problemas associados às oportunidades de carreira, ao rebaixamento profissional, à conversão profissional, entre outros aspectos. Isto é, “De mucama

a mulata profissional, de mãe preta a doméstica, para as mulheres negras a linha entre a esfera doméstica e o mundo do trabalho permanecia imprecisa” (Gonzalez, 2020, p. 16).

Cécile era muito grata pela hospitalidade de Maméga. Sempre que ela a via escrevendo, ficava curiosa em saber do que se tratava. Um dia, Maméga permitiu que ela lesse seus escritos. Cécile se sentia conectada com o que Maméga escrevia e buscava apoiá-la. Dessa forma, Cécile afirmou sobre o que leu: “Mas como é bom! Mas é exatamente assim! Isso vai ser publicado!” (Ega, 2021, p. 71). Para além da trajetória ocupacional de Cécile, faz-se presente a de Solange na narrativa egaiana. No enredo, sabemos que Solange é amiga de Maméga e madrinha da sua filha. Diferente de Cécile, Solange tem um destaque maior nas cartas, aparecendo mais vezes, tendo mais voz na narrativa egaiana justamente por Solange e Maméga serem amigas de muitos anos e terem uma intimidade maior. Esta personagem é descrita como uma mulata vivaz que se recusa a falar francês, ou seja, “ela encontrou uma linguagem intermediária entre o crioulo e a língua de Voltaire, o suficiente para se comunicar” (Ega, 2021, p. 62). Em seu discurso, ela lamentava por chegar atrasada em seu trabalho, o que fazia com que seus patrões a explorassem ainda mais. No início do ano novo de 1963, passou na casa de Ega para lhe desejar feliz ano novo e passar um tempo com ela.

O esposo de Solange era marinheiro e, durante a licença dele, ela aproveitava para visitar a sua amiga. Ao encontrar Maméga juntamente com Cécile, Solange começou a relatar as injustiças vivenciadas no seu ambiente de trabalho como faxineira, no qual exercia essa função por quase 20 anos. Solange havia trabalhado na casa de uma mulher que todos os dias alterava o ponteiro do relógio para que ela pensasse que estava atrasada e assim teria que compensar trabalhando horas a mais, até que percebeu que a patroa a estava enganando e se aproveitando do seu serviço. Solange relatou:

Falei em entrar na justiça, ela pagou o que devia, dizendo que aquilo era uma gratificação, que não admitia minhas declarações. Claro que me demiti, fiquei em casa! Roubar meia hora de uma pobre negra, enquanto se viaja de avião para praticar esportes de inverno! É degradante, você não acha? (Ega, 2021, p. 63).

Nota-se que a patroa, ao ser confrontada, não assume seu erro, mas tenta inverter a situação como se ela fosse a patroa generosa e a doméstica é vista e tratada como barraqueira e ingrata. Como salienta Mariana Filgueiras de Souza (2024), nessa relação, marcada por questões raciais, pode-se notar que há

[...] práticas fundadas em ambiguidades que misturam pessoalidade com impessoalidade; aberturas com demarcação clara de limites; paternalismo com regras

firmadas em contratos; afetividade com condescendência; favores e sobras como pagamentos ou recompensas; fofocas e pequenos furtos como estratégias de resistência; violências psicológicas, patrimoniais, físicas, sexuais; abusos e assédios; trocas de aprendizados; obediência e desobediência; cumplicidade e castigos; distinção e ressentimento (Souza, 2024, p. 38).

Com isso, percebe-se que Solange não era escravizada formalmente, mas informalmente. Solange não trabalhava de graça, mas com o pagamento que recebia não dava para fazer qualquer coisa, ou seja, passava muito tempo trabalhando com pouca remuneração. Solange representa o elo mais fraco de uma sociedade que enriqueceu e se urbanizou, sendo moldada ao gosto da patroa e manipulada psicologicamente. Segundo Souza (2024), com o trabalho doméstico pode-se vislumbrar a maneira como o sistema da branquitude⁵ (Bento, 2022) atua e como pode desmascarar o racismo e os mecanismos de desumanização oriundos da escravidão. Já nas palavras de Teixeira (2021), o emprego doméstico é negligenciado em vários aspectos, como salários baixos, jornada de trabalho além do que é devido, ausência de um dia de descanso, restrições de ir e vir, riscos à saúde física e mental, e mais probabilidades de serem vítimas de abuso moral e sexual.

Uma outra situação de discriminação racial que deixou Solange mais entristecida foi em uma casa onde ela havia trabalhado por seis meses. A patroa tinha uma filha pequena e quase não cuidava dela, a menina passava mais tempo com a faxineira do que com a mãe. Mas, com o passar dos anos, a menininha cresceu e um dia Solange foi buscá-la na escola e a garota a tratou mal. Por ser uma mulher negra, ela é vítima da exclusão, da desumanização que o racismo provoca e de todas as formas de discriminação. Disse Solange a respeito da menina: “Ela acabara de perceber que eu era uma mulher negra, me disse para andar atrás dela. Certamente os pais tinham dito algo. Fiquei dois passos atrás da menina, e me doeu tanto que saí de mala e cuia” (Ega, 2021, p. 63).

Antes da sua chegada a Marselha, Solange trabalhava como cabeleireira em sua terra, contudo, ao imigrar, precisou assumir outra função, como a de doméstica, visto que, como cabeleireira, ela não conseguia trabalho, mesmo tendo boas referências e sendo totalmente capaz de exercer a profissão. Conforme explica Teixeira (2021), a concepção de que as

⁵ Segundo Cida Bento (2022, p. 18), as instituições públicas e privadas, e da sociedade definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”.

mulheres negras devem ocupar somente os cargos domésticos é descrita como resultado da construção social estabelecida pela escravidão e pela cultura patriarcal. Isso quer dizer que a sociedade, na sua maior parte da cor branca, estabelecia quais valores, culturas, religiões deveriam ser seguidos e qual o lugar da mulher negra no meio social e profissional. Teixeira relata que, mesmo após a abolição da escravatura, a situação das mulheres negras se assemelhava à escravização informalmente, pois a maioria delas residia na casa dos seus patrões sem horário determinado para trabalhar e descansar, e isso as deixava em uma posição de vulnerabilidade a assédios, estupros, maus tratos constantes, e seus patrões aproveitavam da situação para explorá-las a todo momento.

Apesar das constantes frustrações em seu ambiente de trabalho como faxineira, Solange aspirava exercer outras profissões como cobradora de metrô e relatava com entusiasmo e espanto o fato de algumas mulheres negras antilhanas estarem trabalhando em metrôs, hospitais e açougues. Com essas novas ocupações profissionais, “Eles [*os patrões*] levam a sério o fato de as antilhanas fazerem parte do território francês e aceitam que as antilhanas sejam mais do que faxineiras!” (Ega, 2021, p. 110). Sabe-se que, apesar desse acontecimento, há uma discriminação relacionada à nacionalidade. Como aponta Suzuki (2019), na inserção do mercado de trabalho, existe uma classificação em relação a alguns grupos étnicos e nacionalidades, e a partir dessa classificação tem-se um efeito de discriminação positiva ou negativa e os(as) migrantes acabam por acumular um nível mais elevado de desvantagens do que outras. Dessa forma, o país que irá receber esses migrantes negros tende a estereotipá-los, direcionando-os para nichos específicos como trabalho doméstico.

Alguns meses depois, Solange finalmente havia mudado de patente, como a mesma faz referência, ao começar a trabalhar como fiscal no metrô furando bilhetes em Paris. Ela conseguiu comprar um pequeno apartamento e tinha virado uma parisiense em tempo integral, cheia de sonhos e expectativas, pensava em comprar uma casa em Strasbourg Saint Denis, em abrir um restaurante junto com Maméga. No entanto, esse sonho dela se torna irrealizável, seja pela condição financeira ou por uma fatalidade, como acidentes e doenças, posto que, no ano seguinte, em 1964, Solange teve o corpo esmagado ao atravessar os Grands Boulevards.

Ela não terá uma casinha em Strasbourg Saint Denis. As economias servirão para comprar um belo caixão. Ela também vai ter a alegria de uma aposentadoria definitiva na terra dos seus antepassados. Um avião levará seu corpo para casa. Ela devia ter algumas boas piadas em mente naquela noite, eu gostaria de vê-la dando risada ao partir (Ega, 2021, p. 235).

Ao longo da narrativa, não se sabe se de fato foi um acidente sem a intenção de matar, pois Maméga narra que ela estava na faixa de pedestre e ainda assim foi atingida, ou se a viam como qualquer coisa e sem importância, que avançaram e a mataram intencionalmente. Maméga mostra, através das suas palavras, com um pouco de ironia, que Solange guardou suas economias, pensando e fazendo planos para o futuro que serão utilizados para pagar seu caixão, ou seja, trabalhou e não conseguiu desfrutar plenamente do fruto do seu trabalho. Ao mesmo tempo que tentava lembrar-se de sua amiga feliz, ela lidava com a dor de ter perdido uma grande amiga de forma repentina e trágica.

Sendo assim, pode-se constatar como a obra *Cartas a uma negra* aborda as singularidades vividas por cada mulher negra, seja como faxineiras, lavadeiras, babás, atendentes de bilheteria, empacotadoras, açougueiras ou serviços gerais em órgãos públicos. Algumas são pouco escolarizadas devido ao acesso precário à educação, outras são formadas. O fato é que essas mulheres negras e migrantes, em sua maioria, trabalhavam em suas terras, mas ao se deslocarem para a França trocaram de profissão. É o que Gonzalez (2020) observa, por maior que seja a capacidade que a mulher negra demonstre, ela é *preterida*, ou seja, ignorada, deixada de lado, suas habilidades são desmerecidas. Como nos exemplos de Cécile e Solange que, ao chegar em Marselha, mostram as barreiras que as impediam de trabalhar, como contadora no caso de Cécile e de cabeleireira, no caso de Solange. Para sobreviver, elas se sujeitaram a trabalhar como domésticas, assumindo uma outra função, pois precisavam pagar contas, comer, se vestir e até mesmo ajudar a família.

De uma forma mascarada, pode-se afirmar que a discriminação racial ainda se faz presente, e por estar subentendida, se torna mais complexo perceber o quanto a colonização influencia na opressão das mulheres negras. A mulher negra migrante quase não tem opções, o trabalho de faxineira ou outros serviços que são vistos para pessoas de baixa intelectualidade são impostos a elas. Elas não têm alternativas e, quando querem ocupar uma outra profissão, são consideradas ingratas e mal-educadas. A partir dessas reflexões sobre a trajetória dessas mulheres negras migrantes antilhanas, pretende-se mostrar, do ponto de vista da metanegritude (St Vil, 2024a), a seguir, como Maméga procura ir além dessas condições desumanizadas, propondo alternativas para ocupar o devido lugar que se merece.

3 Metanegritude: para além da discriminação racial e da mudança de trajetória ocupacional

Christopher Rive St Vil (2024a) caracteriza a metanegritude como o processo de transformação, mobilidade, superação e experiência vivida. Poderia dizer, de antemão, que a metanegritude é essa recusa de ser identificado simplesmente por traços raciais, culturais ou geográficos. A metanegritude, enquanto experiência estética, questiona os adjetivos impostos e o corpo negro, posto que o racismo sempre visa o corpo negro e todas as suas peculiaridades. Além disso, a metanegritude visa se desvincular da identidade absoluta atribuída, isto é, do valor atribuído à pigmentação da pele, que é somente uma ilusão. Numa abordagem da metanegritude, veremos que a narrativa egaina não se contenta em reivindicar uma pertença negra, desconstrói-se a discriminação racial imposta na migração ocupacional e liberta o sujeito negro de qualquer exploração laboral.

Ao trabalhar com o romance epistolar *Cartas a uma negra* ([1978] 2021) de Françoise Ega na perspectiva da metanegritude (St Vil, 2024a), constatamos que a Maméga não se encaixa na trajetória ocupacional proposta pelo BUMIDOM⁶ que classificava e destinava às mulheres negras e imigrantes a serem faxineiras ou a exercerem funções que eram desvalorizadas na França, conforme foi discutido nas trajetórias de Cécile e Solange anteriormente. Com essa categorização e classificação, Maméga rejeita quaisquer estereótipos e rótulos destinados às mulheres negras e migrantes, ela procura ir além. Conforme a concepção da metanegritude, esse além concerne à possibilidade de ser um sujeito em movimento, ou seja, de poder assumir uma ou mais identidades e outras funções além do que é projetado para as mulheres negras. Isto é, pode-se afirmar que esse além é o poder de transformar-se de acordo com os próprios objetivos estabelecidos pelo indivíduo.

É nesse sentido que St Vil (2024a, p. 20) assegura que “[...] vale afirmar que a metanegritude é aberta a identificações múltiplas”, tendo em vista a pluralidade das identidades egaianas para desconstruir os discursos únicos sobre a trajetória ocupacional dos migrantes. Isso é posto nas oscilações profissionais exercidas pela Maméga: primeiro, ela é formada como datilógrafa, depois passou a ser faxineira, trabalhou como costureira e vendedora de especiarias,

⁶ BUMIDOM ou “*Bureau pour le développement des migrations dans les départements d'outre-mer*” foi um organismo público francês criado em 1963 para gerenciar a migração de habitantes dos departamentos ultramarinos (DOM) para a França metropolitana que selecionava pessoas que faziam parte do departamento ultramarino para irem trabalhar na metrópole. O programa ajudava na formação e capacitação, organizava a partida e a recepção dos imigrantes, fazendo a mediação entre os que precisavam de mão de obra e os que buscavam melhores condições de vida.

e, rompendo com o destino único reservado às mulheres negras na migração, tornou-se escritora nas horas vagas, apesar de não ser reconhecida durante o processo da escrita.

Adentrando no enredo, percebe-se que Maméga tenta exercer sua profissão de datilógrafa em Marselha, porém não consegue ocupar esse cargo, ainda que esteja vago. Como quaisquer mulheres negras vindo das Antilhas, há uma barreira social, econômica e racial que a impede de ser o que ela é. Isso quer dizer que o ser depende do estar. O estar, com seus códigos sociais, limita o ser (St Vil, 2024a). A partir dessa visão, Maméga percebe que as mulheres negras migrantes são etiquetadas para serem apenas faxineiras e babás e jamais alcançar uma ocupação bem remunerada. Comenta Maméga a respeito da discriminação racial que havia sofrido ao se candidatar para o emprego: “Tinha lido num jornal que precisavam de uma datilógrafa para uma vaga temporária. Eu me apresentei, mas a diretora do escritório disse que o lugar não estava mais disponível. Ela olhava para mim com espanto, percebi que minha pele a tinha surpreendido” (Ega, 2021, p. 30).

O olhar da diretora representa a não aceitação de mulheres negras em espaços profissionais diversos e põe em evidência a discriminação racial da sociedade da época, onde até mesmo as mulheres brancas que estavam abaixo dos homens na hierarquia social também propagavam o mesmo preconceito racial e xenofóbico. Nesta situação, a cor da sua pele é utilizada para inferiorizá-la e diferenciá-la das demais mulheres brancas, uma forma de agrupá-la a um único espaço cabível a ela e às mulheres da sua cor. Como diria Carlos Drummond de Andrade no poema intitulado “A negra” (1973):

A negra para tudo / a negra para todos / a negra para capinar plantar / regar / colher
carregar empilhar no paiol / ensacar / lavar passar remendar costurar cozinhar / rachar
lenha / limpa a bunda dos nhozinhos / trepar. / A negra para tudo / nada que não seja
tudo tudo tudo / até o minuto de / (único trabalho para seu proveito exclusivo) / morrer
(Andrade, 2015, p. 560-561).

É nesse sentido que a metanegritude nos permite questionar, então, o porquê de uma mulher negra migrante não poder ocupar o cargo que desejar, tendo total capacidade para exercer a profissão almejada, mas é anulada pela cor da sua pele. Em relação a isso, Achille Mbembe (2013) pergunta se a cor da pele e o corpo são realidades anatômicas, que é difícil que o sujeito negro se dissocie do seu próprio corpo. Por que, então, ambos são vistos como barreiras para a ascensão social? Pode-se afirmar que essas barreiras são frutos da colonização. Para romper com essa visão segregacionista, Mbembe (2013) assevera que se deve desfazer dos signos da servitude, romper com o modelo de existência imposto pelo outro, pois o sentido do corpo está ligado à transformação e ao movimento. O sujeito em movimento pode se

metamorphosear. Na narrativa egaiana, esse ato de metamorfose consiste em sair constantemente de si, ir além de si e se deslocar diante do outro.

Já que não pode ser datilógrafa, Maméga se candidatou para trabalhar como faxineira. Neste trabalho, Maméga era constantemente vista como uma negra exótica. As patroas esperavam que ela fosse ingênua, sem conhecimento, daquelas que aceitam tudo sem hesitar. Maméga não se moldava aos padrões estabelecidos pelos patrões, que acreditavam que todas as negras imigrantes eram ignorantes e a única tarefa que sabiam era relacionada à faxina. A autenticidade e conhecimento de Maméga incomodavam seus patrões porque ela abordava assuntos que os brancos acreditavam ser de domínio deles; por se considerarem mais intelectuais, moldavam as mulheres negras como um sujeito desprovido de inteligência.

Diante desse cenário problemático, Maméga mostrava que as suas compatriotas poderiam e deveriam cobrar pelos direitos, como no caso de Yolande, uma faxineira que estava com reumatismo, joelhos enfaixados, trabalhando em um domingo no jardim dos patrões enquanto eles estavam viajando. Quando Maméga viu aquela situação, ficou indignada que a patroa explorava Yolande, não lhe ajudava com os remédios e que dizia que ela era uma “empregada faz-tudo” e com essa afirmação, Yolande se conformava em não ter descanso. Na cena seguinte, Maméga enfrenta a patroa de Yolande e diz: “Ela está indo embora, e vai lhe pagar, porém trabalhando fora daqui! A senhora não fez contrato, mas ela pode fazer uma confissão de dívida. [...] Yolande se vestiu rapidamente e, mancando, me seguiu; seu rosto estava radiante. Podia enfim cogitar que sua servidão teriam um fim” (Ega, 2021, p. 16-17).

Percebe-se que Maméga não se intimidava, denunciava todas as formas de exploração cometidas pelos patrões, assumindo um novo comportamento audacioso diferente do projetado pela sociedade da época que esperava que as faxineiras fossem submissas em tudo. Ela se recusou a pertencer aos seus patrões e assumir-se como objeto deles, ou seja, diferentemente da época da escravidão, na qual o dono da escravizada explorava, dava forma à sua negra e dizia como ela devia se comportar, e a negra tomava essas características através da destruição e da explosão da sua forma anterior (Mbembe, 2013).

Ao abandonar seu emprego de faxineira, Maméga começou a trabalhar num hotel. Mas ela não estava preparada para o que viria a acontecer. Nesse hotel, onde Maméga trabalhava como costureira, um dia, foi impelida a trabalhar como faxineira pela patroa. A patroa não solicitou a opinião de Maméga, foi logo lhe entregando uma vassoura. Como mencionado anteriormente, percebe-se que a negra é para tudo: faxinar, lavar, varrer, levando-a a abandonar sua principal função. A patroa se aproveitava da bondade de Maméga para explorá-la e abusar

dos serviços prestados. Nesse intuito, vivenciando a exploração laboral, Maméga relatou como as mulheres negras são vistas na sociedade europeia: “Somos classificadas pelo governo e por toda a França como sendo, antes de tudo, faxineiras” (Ega, 2021, p. 145).

Diante de tal insistência da patroa em querer lhe atribuir uma outra função à qual Maméga não tinha se candidatado, ela recusou essa imposição e desabafou: “Pois então: é inconcebível que uma datilógrafa não seja uma datilógrafa, que uma costureira não seja, de imediato, uma costureira” (Ega, 2021, p. 145). É como se ela precisasse sempre se reafirmar para si e para os outros que a todo momento tentavam apagar as suas competências intelectuais e profissionais. Ao mesmo tempo, Maméga carrega dentro de si essa mobilidade, capacidade de transformar-se de acordo com suas preferências. Em alguns momentos, ela entrava em conflitos internos sobre quem ela queria ser e sobre o que fizeram dela. Trazendo a realidade que, embora ela fosse uma grande ativista social, justa e cheia de esperanças.

A sua trajetória ocupacional foi marcada por muitas imposições de patrões, ditando e mudando a função que ela deveria exercer, tentando apagar o seu protagonismo, as suas próprias decisões. Maméga aparecia sempre invisível no olhar dos patrões. Parece ser alguém sem identidade, confundida com outro nome, pois nunca a chamaram pelo seu próprio nome. Maméga brincou com a situação, assumindo várias identidades: Evelyne, Renélise, Jaqueline, Pierrette. Na carta de 16 de junho de 1963, Maméga adotou novamente uma nova identidade para substituir sua amiga Renée, que ia tirar seu apêndice em Paris.

Nessa troca de identidade, pela primeira vez, Maméga se sentiu valorizada, ou melhor, foi a primeira vez que uma patroa a chamou por um nome, só que esse nome é sempre dado, imposto pelo outro. Como salienta St Vil (2024a), nomear é vincular intenções e sentidos. É projetar seu olhar, contribuindo fortemente para a hierarquização da etnicidade, ao apagamento identitário. Isso mostra certa desqualificação, inferiorização. Em outras palavras, parece que, por ser faxineira, Maméga não pode possuir um nome próprio, não pode ser quem gostaria de ser, apenas ser desumanizada.

Essa situação de Maméga retrata a discriminação racial, ligada a fatores como colonização, submissão das mulheres negras ou até ao patriarcalismo. Nesse sentido, Érico Andrade (2023, p. 17) assevera que: “Do olhar do outro, um estereótipo se constrói; logo somos aprisionados no corpo negro, tornando tal estereótipo uma realidade psicológica; a mancha negra é a marca da imperfeição”. Já nas palavras de Grada Kilomba (2019, p. 37), “O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo”. Observa-se uma ligação entre a perspectiva do outro, a imagem que o homem branco

cria do negro como algo ruim, fora da normalidade. Nessa criação de outridade, Maméga relata em suas cartas:

Sinto que meu livro encontrará destinatário, assim me esqueço de que queria ser “ajudante” e acabei virando carpinteira! Que queria ser babá para cuidar de um anjinho loiro e acabei virando cozinheira! O que estou dizendo? Queria ser, queria ser... não tive tempo para ser nada, fizeram com que eu fosse, fico pensando nisso, sem ressentimento (Ega, 2021, p. 235).

Além dessas barreiras sociais impostas pelos patrões marseheses, Maméga também era invalidada pelos seus compatriotas que a mandavam cuidar de suas crias ao invés de estar escrevendo. Sua escrita não era valorizada, e seus conhecidos riam, como uma forma de dizer que aquilo que ela fazia não valia a pena ou não lhe cabia como uma mulher negra migrante. Seu esposo, Frantz Julien, acreditava que Maméga estava perdendo seu tempo, que não seria lida e nem reconhecida. Em outras palavras, “é como se só quem não tem pele negra pudesse ser qualificado de ‘escritor’” (St Vil, 2024b, p. 373). Só que, vimos que ser escritora negra, para Maméga, é escrever contra esse discurso e defender-se como tem de fazer uma mulher negra.

Ao terminar seu primeiro manuscrito, Maméga reflete sobre o processo da escrita, criando hipóteses a partir dos relatos dos seus compatriotas e imaginando pessoas o rejeitando por não dominar a língua culta:

É inexplicável, mas eu tinha mesmo o direito de maltratar a língua de Molière? Eu, uma pobre negra? Tinha eu o direito de dizer coisas bonitas em um francês meia-boca? É isso o que me preocupa! Os participios irregulares vão embora justo no momento em que estou escrevendo uma frase! [...] Ouço então um imenso clamor e um monte de gargalhadas! A multidão diz: ela foi corajosa, tendo só o diploma do curso primário! Que atrevida! (Ega, 2021, p. 88).

A narrativa egaiana mostrou as dificuldades que Maméga passou tentando achar uma editora que concordasse em publicar seu livro que desse importância ao conteúdo da obra, visto que muitos dos seus amigos e familiares a ridicularizaram por escrever, mas ela persistia. Djaimilia Pereira de Almeida relata em seu livro, *O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo* (2023), as dificuldades em ser reconhecida como uma escritora. Quando se viu como escritora, reconheceu-se como uma mulher, comum igualmente às suas amigas brancas que também eram escritoras, mas no momento em que seu livro ganha mais visibilidade e as pessoas passam a classificá-la como uma escritora negra, pondo em evidência sua raça e nacionalidade. Ela passa a compreender o tanto que sua cor influenciava na forma como ela era vista, no que o público esperava dela, disse Almeida (2023, p. 40): “A partir do momento em

que os textos começaram a ser lidos e comentados é que percebi que as pessoas me viam como uma pessoa que não fazia parte, uma pessoa que era negra ou que era diferente, etc”.

Ao reconhecer os privilégios em poder escrever e ser aceita como escritora, Almeida (2023) lembrou que, em um passado não tão distante, as mulheres negras não tinham espaços na esfera social e profissional na qual ela estava conquistando destaque. A autora expõe a sua conquista sem esquecer das mulheres que não tiveram a mesma oportunidade, pois viviam em um tempo em que o direito de existir e de se exprimir foi tirado delas. Almeida (2023) prefere ser vista apenas como escritora, sem os rótulos, contudo entende que a sua cor faz parte de sua identidade, de sua história e a forma que ela vê a vida irá influenciar na sua escrita, igualmente como qualquer outro autor que carrega dentro de si suas próprias particularidades.

Almeida (2023) reivindica, através da sua escrita, a autonomia de poder escrever sobre o que lhe apetece, ou seja, sobre qualquer assunto, ter a liberdade de falar sobre tudo quando lhe der vontade. Sem ser questionada ou ignorada, tendo o mesmo reconhecimento e visibilidade caso publicasse algo considerado como parte do nicho das escritoras negras. Com esse olhar através da metanegritude, a autora quer transpor as expectativas sobre as produções de autores negros, indo além das classificações atribuídas a ela, sendo responsável por si em se autoproduzir como um sujeito livre.

Essas classificações foram projetadas para pessoas negras em virtude da posição que os escravizados ocupavam na sociedade no período da colonização, como uma forma de objetificação e degradação. O ser negro e escravizado carregava um peso e um destino traçado pelos senhores, um futuro incerto (Mbembe, 2013). Essa ideia de inferioridade e obediência à hierarquização social é que busca limitar a autonomia das pessoas em serem escritoras, como se elas tivessem que reproduzir aquilo que estão pensando ser para elas.

Como afirma Maméga, se, numa época, os patrões só enxergavam as mulheres negras migrantes como faxineiras, teriam que mudar suas concepções tendo em vista que as mulheres negras estavam ocupando mais espaços na esfera profissional, pois “[...] A vida realmente mudou, acreditem em nós” (Ega, 2021, p. 235). Isto é, os escritores negros abriram espaço para os escritos de Maméga e ela passou a ser reconhecida como uma escritora: “A esperança ressurgiu apesar disso, pois o meu manuscrito está sendo lido, me falam de um comitê de leitura, os escritores negros aceitaram dar uma olhada nas minhas folhas. Eles estão me lendo, eu mesma, Maméga!” (Ega, 2021, p. 234).

A partir do relato de Maméga, tem-se a ideia de metanegritude que vai se opor ao modelo de faxineira criado pelo sistema da branquitude, como forma de escravidão (Teixeira, 2015;

Souza, 2024), mostrando a recusa de ser reconhecida ou classificada com base na etnicidade, cultura, nacionalidade e gênero. Do ponto de vista da metanegritude, constata-se que essa forma de denúncia e de recusa de Maméga é “a problematização e a superação de identidades estáveis [...]. Uma experiência corporal de mobilidade. Uma experiência da negritude em movimento. Uma experiência subjetiva” (St Vil, 2024a, p. 20).

De acordo com St Vil (2024a), o que está em jogo nessa (re)criação de si é o descentramento e performance do sujeito para enxergar o além do corpo negro, tornando-se agente e protagonista da sua própria narrativa. Dessa forma, Maméga finaliza seus escritos visando o que a metanegritude busca: o poder de ocupar qualquer cargo independente das classificações sociais, de transformar-se sem sofrer as limitações de ser etiquetado, de ser moldado, classificado. Sem serem questionadas, invalidadas, por sua cor ou origem.

4 Considerações finais

O presente artigo dedicou-se à análise da obra *Cartas a uma negra* ([1978] 2021), de Françoise Ega, um romance epistolar de suma importância para a compreensão do passado colonial e as consequências desta repressão nas gerações dos anos 1960. A pesquisa demonstrou como a narradora-personagem Maméga e as demais mulheres negras antilhanas (Cécile e Solange) viviam a mobilidade através da migração ocupacional na perspectiva da metanegritude. Essa possibilidade das mulheres negras e migrantes antilhanas de se transformarem tanto no espaço geográfico, como de profissão, de cultura, mostra a liberdade de se reinventar, de possuir múltiplas identidades, de exercer diversas profissões, rejeitando qualquer tipo de classificação que as aprisiona a um molde limitado de que mulheres negras devam ser sempre faxineiras.

A narrativa egaiana mostra que as mulheres negras migrantes foram as que mais sofreram com os estereótipos da colonização. Isto é, no aparato do discurso colonial, por questões de gênero e de raça, as mulheres negras migrantes eram invalidadas e apagadas diante da supremacia masculina. Carregando suas próprias singularidades, essas mulheres negras eram vistas como competentes apenas para serviços domésticos. Como elas eram enxergadas como outridade (Kilomba, 2019), elas acabavam se tornando a projeção da sociedade europeia da época. Tendo essas mulheres como faxineiras, era uma maneira do imperialismo racial se autoafirmar como superior, colocando-as em serviços mais inferiorizados e fazendo-as assumir uma posição de subordinação. O imperialismo racial é uma estrutura complexa que combina

elementos de raça, classe e gênero para manter o poder branco, o que influencia na dominação de um grupo sobre o outro (Hooks, 2020).

É neste intuito que Maméga se recusa a ser coisificada⁷ e, através do espaço literário, consegue se colocar no mundo, dando voz a si e às demais mulheres negras migrantes. Do ponto de vista da metanegritude, Maméga desfaz os rótulos e mostra que o ato de se recriar é um motor para a constituição de novas subjetividades, recompondo estilhaços, estabelecendo vínculo entre o passado e o presente, proporcionando imagens em constante transformação, tomadas de posições identitárias dinâmicas, abertas e moventes (St Vil, 2024a). Ela tem a autonomia de refletir, de expor a sua realidade em Marselha como mulher negra antilhana. As frustrações em tentar se reconhecer como um sujeito, de realizar seus sonhos e de partilhar suas lutas com o mundo evidenciam de que forma a sociedade marcada pelo colonialismo tratava as pessoas negras, desmascarando o racismo institucional e estrutural.

Em suma, este trabalho trata de diversas problemáticas (discriminação racial, trabalho laboral, migração ocupacional) que também são atuais, advindas de um passado colonial em que a relação do homem branco eurocêntrico com a pessoa preta era de extrema desigualdade e exploração. Trata-se de resgatar essa memória e tornar conhecidas as experiências dessas mulheres e muitas outras que não puderam denunciar os casos de discriminação racial, profissional, de gênero, e abusos sexuais. Mulheres que tiveram seus sonhos interrompidos, que foram proibidas de usufruírem dos mesmos direitos que uma pessoa branca.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. A negra. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião de 23 livros de poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 560-561.

ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. *O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo ensaios*. São Paulo: Todavia, 2023.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DI CESARE, Donatella. *Estrangeiros residentes: uma filosofia da migração*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

EGA, Françoise. *Lettres à une noire*. Canada: Lux Éditeur, 2021 [1978].

⁷ Segundo Aimé Césaire (2010, p. 27-28), a colonização é igual a coisificação que é o termo utilizado para descrever o processo de desumanização imposto pelo colonizador que vê o colonizado como um objeto, que teve sua cultura e identidade arrancadas através da violência física e psicológica.

EGA, Françoise. *Cartas a uma negra*. Tradução de Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 2021.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LUZ, Ana Izabel de Oliveira Sant'Anna. *Efeitos da colonização nas obras Quarto de despejo (1960), de Carolina de Jesus, e Lettres à une noire (1976), de Françoise Ega*. 36 f. Monografia-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Arte, 2022.

MARIE, Claude-Valentin; TEMPORAL, Franck. Les DOM : terres de migrations. In: Les dynamiques démographiques internes de la France. Espace populations sociétés, 2011/3, 2011, p. 475-491. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/eps.4652>>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MBEMBE, Achille. *Critique de la raison nègre*. Paris: Éditions La Découverte, 2013.

ROCHA, Vanessa Massoni da. *Por um protocolo de leitura do epistolar*. 2012. 426 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ST VIL, Christopher Rive. Dany Laferrière: escritor ou escritor negro? In: *Literatura em movimento: volume 16*. Vanessa Massoni da Rocha (org.). Campinas, SP; Rio de Janeiro, RJ: Pangeia Editorial, EdUFF, 2024b.

ST VIL, Christopher Rive. *Para além da negritude caribenha, a metanegritude: um estudo sobre o percurso identitário de Dany Laferrière*. 2024. 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2024a.

SUZUKI, Lilian Silva do Amaral. Trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no Brasil: caminhos desiguais. *Sociedade e Cultura*, v. 22, n.1, p. 66-87, jan./jun. Goiânia, 2019.

SOUZA, Mariana Filgueiras de. *As quirinas: a trabalhadora doméstica como protagonista na literatura brasileira contemporânea*. 2024. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

SOUZA, Vitória Silva de. *Para além da discriminação racial e da exploração de trabalho: o reconhecimento das vozes das faxineiras em Cartas a uma negra de Françoise Ega*. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Universidade do Estado do Amapá, Curso de Licenciatura em Letras-Francês, Macapá, 2025.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. *Trabalho Doméstico*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. *As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas*. 412 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração, 2015.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

Recebido: 18/04/2026

Aprovado: 19/07/2026

Publicado: 29/07/2026